Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS, SGFIM, SA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2014



Índice

1	Relo	ıtório de Gestão	3
	1.1	Enquadramento geral da atividade em 2014	4
	1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2014	13
	1.3	Contas 2014	16
2	Den	nonstrações Financeiras	19
	2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2014 - Ativo	20
	2.2	Balanço em 31 de Dezembro de 2014 - Passivo e Capital	21
	2.3	Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2014	22
	2.4	Demonstração de Rendimento Integral	23
	2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2.6	Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014	25
3	Ane	xos	26
	3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	27
	3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras	29
4	Cert	ificação Legal das Contas	44

1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2014

Mercados financeiros em 2014

Economia mundial em 2014: a desilusão

A economia mundial enfrentou, em 2014, muitos fatores adversos entre os quais a morosidade da recuperação Europeia, a queda dos preços do petróleo, a desvalorização do euro e uma forte intensificação das tensões conflituais internacionais.

Ao invés do consenso dos economistas nas suas previsões de início de ano, que apostavam numa melhoria nítida da economia mundial, as estatísticas vieram logo no primeiro trimestre contrariar as esperanças de forte retoma económica.

Essa deceção foi confirmada ao longo do ano: apesar da forte queda dos preços do petróleo, a qual foi a origem de grandes transferências de rendimentos entre países exportadores e importadores, a economia mundial manteve-se em níveis de crescimento relativamente fracos. Uma desilusão ainda mais sensível, uma vez considerado o contexto global estimulante, entre ausência de inflação e políticas monetárias expansionistas

O ritmo do crescimento económico mundial estabeleceu-se em 2014 em +3.3%, ou seja, no mesmo nível do que em 2013 e 2012. A retoma esperada não aconteceu.

É preciso salientar no entanto o ritmo de crescimento, sempre forte, na China (+7.4%) e na Índia (+5.8%), ao invés dos 2 outros "BRIC", Rússia (+0.6%) e Brasil (+0.1%). Destaca-se ainda a boa aceleração da economia Norte-Americana (+ 2.4% nos Estados Unidos) e Britânica (+2.6% no Reino-Unido), enquanto a Zona Europa (+0.8%) e o Japão (+0.1%) ficaram átonos.

O balanço frágil do ano de 2014 levou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a rever em baixa as suas expectativas para os próximos anos, prevendo uma retoma lenta e desigual, modesta na Zona Euro, sustentada na China, no Índia, nos Estados Unidos e na Inglaterra, e um cenário negro para a Rússia.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016
Mundo	3.3%	3.3%	3.5%	3.7%
Zona Euro	-0.5%	0.8%	1.2%	1.4%
Estados Unidos	2.2%	2.4%	3.6%	3.3%
China	7.8%	7.4%	6.8%	6.4%
Japão	1.6%	0.1%	0.6%	0.8%
Alemanha	0.2%	1.5%	1.3%	1.5%
França	0.3%	0.4%	0.9%	1.3%
Reino-Unido	1.7%	2.6%	2.7%	2.3%
Itália	-1.9%	-0.4%	0.4%	0.8%
Espanha	-1.2%	1.4%	2.0%	1.8%
Portugal	-1.4%	0.8%	1.3%	1.5%
Brasil	2.5%	0.1%	0.3%	1.5%
Índia	5.0%	5.8%	6.3%	6.5%
Federação Russa	1.3%	0.6%	-3.0%	-1.0%

(fontes: OCDE, FMI)

Ações: um ano de contrastes

2014 foi um ano de contrastes do ponto de vista dos mercados de ações, tanto ao nível temporal, com um primeiro semestre francamente positivo seguido de um segundo baixista e muito volátil, como ao nível geográfico, com o Dow Jones a ganhar +7.5%, o Eurostoxx 50 +1.2%, e os mercados emergentes (MSCI Emerging Markets) a perderem 4,7%, e mesmo ao nível setorial, com a forte valorização dos setores das telecomunicações e farmacêutico por exemplo.

Estados Unidos no topo

Ao longo do ano, os mercados acionistas americanos estabeleceram recordes históricos em série, e acabaram 2014 com ganhos significativos (Dow Jones +7.5%, Nasdaq +13.4%). As tensões geopolíticas, a forte valorização do USD (+12.0%) e a queda do petróleo (-45.9%) não chegaram para destruir a confiança dos mercados.

Um ano branco na Europa

Fechando 2014 com um ganho de apenas +1.2%, os mercados de ações europeus apresentam um balanço neutro, embora este esconda alguma volatilidade. Após um primeiro semestre dinâmico, os stresses do Banco Espirito Santo em Agosto, da Ucrânia em Outubro, e do petróleo em Dezembro apagaram os ganhos dos mercados acionistas europeus. O balanço bolsista europeu inscreve-se assim em linha com a situação átona da economia, o risco de deflação, o nível historicamente lato do desemprego, a fraqueza da confiança dos atores económicos, ...

Perca de velocidade nos mercados emergentes

Após a forte correção constatada no primeiro semestre de 2014, devida à perspetiva de subida progressiva das taxas de juros americanas, os aforradores tornaram-se seletivos quanto aos mercados emergentes, penalizando os países apresentando uma balança de pagamentos deficitária, Brasil e Africa nomeadamente. O abrandamento do ritmo de crescimento chinês também teve um impacto nas exportações dos emergentes, e, logo, nas suas economias e valores bolsistas.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2014 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Japão	NIKKEI 25	+7.1%	+7.0%
Estados Unidos	S&P 500	+11.4%	+26.9%
Alemanha	DAX	+2.2%	+2.2%
Espanha	IBEX 35	+3.7%	+3.7%
França	CAC 40	-0.5%	-0.5%
Zona Euro	Eurostoxx 50	+1.2%	+1.2%
Portugal	PSI 20	-26.8%	-26.8%
Reino-Unido	FTSE	-2.7%	+4.3%
Itália	MIB	+0.9%	+0.9%
Austrália	ASX 200	+1.1%	+5.4%
China	Hang Seng	+1.3%	+15.4%
Rússia	MICEX	-7.2%	-37.6%
Brasil	BOVESPA	-2.9%	-1.8%

Dados Bloomberg 2015, moeda local / Euros

Obrigações: 2014, o ano das taxas

O desempenho das obrigações em 2014 constitui a melhor surpresa do ano. O consenso dos investidores apontava uma subida das taxas de juros, que não se verificou, nem na Europa, nem nos Estados Unidos ao contrário do que seria espectável numa economia a crescer perto de 3%. Ao nível da dívida pública Europeia, 2014 terá sido o ano da convergência entre os países "Core" e os "Periféricos", embora com a exceção notável da Grécia. Isso foi possível graças à inédita intervenção do Banco Central Europeu: taxa de refinanciamento historicamente baixa, taxas de depósito em território negativo, operações de refinanciamento excecionais, compra de ativos bancários, até ao anúncio de um programa de "quantitative easing" iminente. Assim sendo, ao nível global, a divida soberana europeia valorizou-se em 13.2%. As obrigações Corporate, tanto Investment Grade que High Yield também registaram um desempenho muito positivo.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014
Estados Unidos	3.0%	2.2%
Alemanha	1.9%	0.4%
França	2.4%	0.8%
Itália	3.9%	1.9%
Espanha	4.1%	1.6%
Portugal	6.1%	2.7%
Grécia	8.4%	9.4%

Dados Bloomberg 2015

Matérias-Primas: a queda do petróleo

O elemento mais saliente do ano ao nível das matérias-primas foi indubitavelmente a forte queda do petróleo. Desde o verão até ao final de 2014, os preços do petróleo caíram praticamente 50%. Não existem elementos para antever no curto prazo uma recuperação dos níveis de preços.

Divisas: o dólar, moeda estrela de 2014

O dólar registou, em 2014, uma subida inédita face ao conjunto das moedas do G10:

- Em grande parte devido à boa saúde da economia americana, o dólar ganhou 12% face ao euro em 2014. A implementação pelo BCE de programas de luta contra o risco de deflação, e o fim do quantitative easing da Reserva Federal, aceleraram a subida. A moeda americana atingiu assim o seu nível mais alto dos últimos 8 anos face à moeda europeia.
- As divisas "commodities" (Real Brasileiro, Rublo, Coroa Norueguesa) recuaram fortemente num contexto de queda do preço do petróleo.
- Na Rússia, o efeito petróleo foi ainda agravado pelo conflito na Ucrânia, e as sanções económicas, o que levaram a uma desvalorização agravada do rublo, que atingiu mínimos recordes, tanto face ao dólar como face ao euro (100 rublos / 1 euro em 16 de Dezembro).

Conclusão

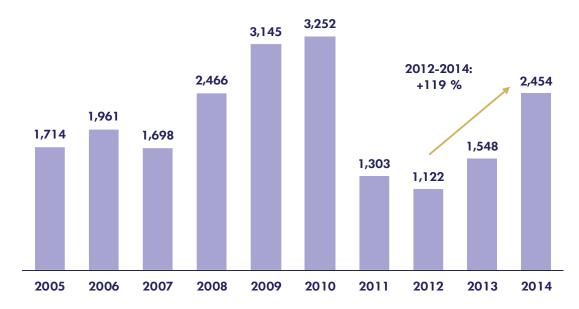
O ano de 2015 iniciou-se com mercados americanos em máximos históricos, um dólar forte, um euro fraco, e um nível de preço do petróleo muito baixo, o que deveria beneficiar a muitos sectores. A Europa tem hoje mais do que nunca uma oportunidade de reganhar um pouco do terreno perdido face aos outros blocos económicos, ultrapassando de vez as suas fraquezas estruturais e voltando as costas à crise económica.

O mercado dos Planos Poupança Reforma em

Portugal

Evolução do mercado dos Planos Poupança Reforma (PPR)

PRODUÇÃO DE PPR - RAMO VIDA - 2005-2014



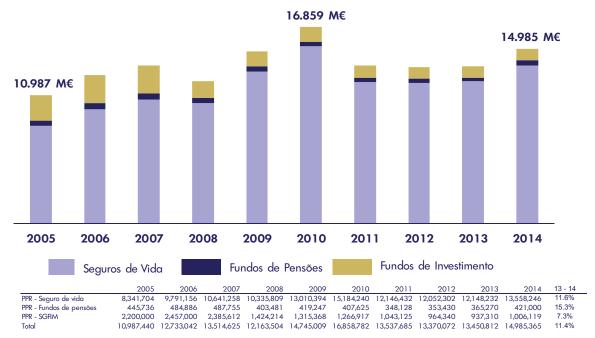
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	13 - 14
PPR - Seguro de vida	1,714,164	1,961,288	1,698,220	2,465,855	3,144,816	3,252,481	1,302,975	1,121,831	1,548,481	2,453,925	58.5%
PPR não ligado a fundos de	1,441,808	1,509,375	1,264,290	1,899,343	2,726,103	3,028,312	1,204,194	1,064,305	1,500,982	2,404,641	60.2%
PPR ligado a fundos de inve-	272,356	451,913	433,930	566,512	418,713	224,169	98,781	57,526	47,499	49,284	3.8%

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ISP

Em 2014, a produção de Planos Poupança Reforma, no ramo vida das Seguradoras, aumentou de +58.5% face ao ano anterior, e representou 2.454 milhões de euros.

Esses resultados constituem uma nítida melhoria face aos anos anteriores. Desde 2012, ano em que a produção de PPR atingiu um mínimo de 10 anos, as entregas em PPRs de junto das Seguradoras multiplicou por mais de 2, evoluindo de 119%. No entanto, apesar desta espetacular evolução, a produção ainda não voltou ao seu nível de 2010 (3 252 milhões de euros).

ACTIVOS SOB GESTÃO EM PPR - 2005-2014



Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF, APFIPP

Fortalecidos pelo dinamismo da produção, os ativos sob gestão cresceram de 11.4% em 2014, ou seja, um acréscimo líquido de 1.535 milhões de euros, abaixo, portanto, da produção do período (2.454 milhões de euros), em razão do fluxo de resgates e da fraqueza da rentabilidade dos PPR garantidos, os quais raramente excedem os 2%.

No total, em 2014, a soma dos ativos sob gestão em Fundos PPR e das provisões matemáticas em seguros PPR e fundos de pensões PPR atingiu 14.985 milhões de euros, dos quais 1.006 milhões em fundos de investimento.

Performances no mercado dos Planos Poupança Reforma

No ano de 2014, os fundos PPR no mercado nacional obtiveram rentabilidades significativamente positivas. Destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, sempre nos primeiros lugares das suas categorias nos últimos 36 meses, em 31 de Dezembro:

PERFORMANCES DOS FUNDOS PPR EM 2014

31 de Dezembro de 2014	Ren	ıdibilidade Anualiz	ada
Nome	12 Meses	36 Meses	60 Meses
Nível de Rise	co e Remuneração - 2	2	
P ESAF PPR Vintage	7.3	5.8	4.7
M Santander Poupança Futura FPR	4.3	5.4	2.0
M BPI Reforma Segura PPR	5.1	3.2	1.9
PPR Praemium S	0.1	1.3	0.8
Nível de Rise	co e Remuneração - 3	3	
M NB PPR	8.1	12.9	8.5
ptimize Capital Reforma PPR Moderado	8.3	10.0	N/A
P PPR 5 Estrelas	7.4	8.4	4.1
PPR Garantia de Futuro	6.1	6.9	3.7
P PPR Europa	4.7	6.1	3.1
M Millennium Poupança PPR	5.5	5.9	2.9
M Santander Poupança Investimento FPR	3.9	5.9	2.9
SGF Patr. Ref. Conservador PPR	2.0	5.8	2.2
SGF Patr. Ref. Prudente PPR	2.9	5.4	1.4
P Vanguarda PPR	4.1	5.3	2.8
P PPR SGF Garantido	2.2	5.1	4.0
M Barclays PPR Life Path 2015	1.8	5.1	2.1
P BPI Vida - PPR	4.4	4.8	1.7
P PPR BNU Vanguarda	3.8	4.8	2.3
M BPI Reforma Investim. PPR	3.9	4.4	2.6
M Barclays PPR Life Path Income	4.9	3.9	2.1
P BBVA Solidez PPR	3.2	3.6	2.6
Nível de Risa	co e Remuneração - 4	4	
Optimize Capital Reforma PPR Acções	7.0	9.5	3.5
P PPR Platinium	6.0	8.6	3.9
P PPR Geração Activa	6.1	8.5	4.0
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	4.9	8.4	3.8
M Millennium Investimento PPR Acções	4.0	7.6	3.2
M Barclays PPR Acções Life Path 2025	3.0	6.8	4.0
P PPR Praemium V	3.3	6.6	2.7
P CVI PPR	3.5	5.6	2.8
P SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR	0.9	5.0	0.2
P PPR BBVA	2.4	4.7	2.0
M BPI Reforma Acções PPR	3.9	4.2	1.5
P SGF Pat. Ref. Acções PPR	1.9	3.8	-1.4
P PPR BIG Taxa Plus	16.5	N/A	N/A
M Barclays PPR Acções Life Path 2020	2.1	N/A	N/A
P PPR BIG ALPHA	7.5	N/A	N/A
Nível de Riso	co e Remuneração - 5	5	
P PPR SGF Acções Dinâmico	3.0	6.2	2.3
P Poupança Reforma PPR BBVA Acções	2.4	7.0	3.1
ource: APFIPP e Optimize Investment Partne	ers		
•			

Perspetivas para o mercado dos Planos Poupança Reforma

A Optimize Investment Partners mantem a opinião que, com o aumento da pressão fiscal em Portugal, os aforradores vão procurar cada vez mais novos meios de optimização. O regime favorável da fiscalidade dos Planos Poupança Reforma em comparação com as outras soluções de poupança será um argumento de peso em favor do desenvolvimento da produção em 2015 e nos próximos anos. Tal evolução foi já comprovado pela subida da produção nos anos de 2013 e 2014, ou seja, desde a alteração significativa dos princípios de tributação das mais-valias em Portugal, na sequência da intervenção da Troika em Portugal.

EVOLUÇÃO DA FISCALIDADE DA POUPANÇA EM PORTUGAL 2006-2015

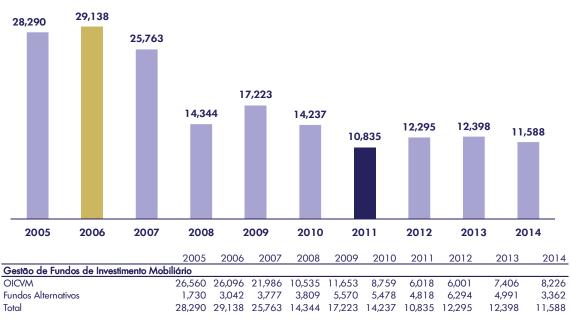
Taxa de Tributação dos Rendimentos e Mais-Valias	2006	2015
Mais-valias de ações detidas mais de 12 meses	0,0%	28,0%
Mais-valias de ações detidas menos de 12 meses	10,0 %	28,0%
Dividendos	20,0 %	28,0%
Juros	20,0 %	28,0%
Mais-valias de PPR após 8 anos com motivo legal de resgate	8,0 %	8,0 %
Mais-valias de PPR detidos mais de 8 anos fora de motivo legal	8,0 %	8,6 %

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

No ano de 2014, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou uma diminuição do valor dos ativos sob gestão (-6.5%), ao invés dos 2 anos anteriores, em grande parte pelo efeito da falência do Banco Espirito Santo que motivou a saída de mais de 1.000 milhões da ESAF, sociedade gestora do grupo.

O mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliario ainda não conseguiu ultrapassar a era de morosidade que se instalou em 2011 apòs vários anos de declínio quase contínuo.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO - 2005-2014



Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

Perspetivas para o mercado dos Fundos de Investimento

A particularidade dos Fundos de Investimento de direito Português consiste nomeadamente na sua fiscalidade desfavorável ao desenvolvimento internacional, sendo os fundos tributados na fonte à taxa portuguesa em vigor, ao invés da prática nos outros países, em que as performances são sempre apresentadas brutas de impostos. Essa diferença penaliza nitidamente a distribuição dos fundos Portugueses. Essa particularidade ficou ainda agravada em 2014, com a instituição de provisões por impostos, incidindo, portanto, sobre as valias potenciais, e imputadas diariamente nos fundos.

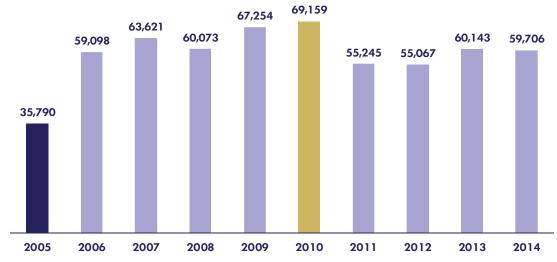
Para 2015, o governo português decidiu estabelecer um sistema próximo das práticas internacionais, e praticar a tributação sobre as valias realizadas aquando da venda das unidades de participação. Essa evolução deveria instaurar um terreno mais competitivo para a indústria dos fundos portugueses, para captar clientes estrangeiros, como sobretudo no mercado interno, as performances dos fundos nacionais e internacionais passando a ser comparáveis.

O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

Em 2014, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) estagnaram relativamente ao ano anterior, em ligeira diminuição, de -0.7% entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014.

A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal ainda não conseguiu recuperar os seus níveis de 2010, ano de recorde absoluto.

GESTÃO POR CONTA DE OUTREM - 2005-2014



Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM e projeções Optimize Investment Partners

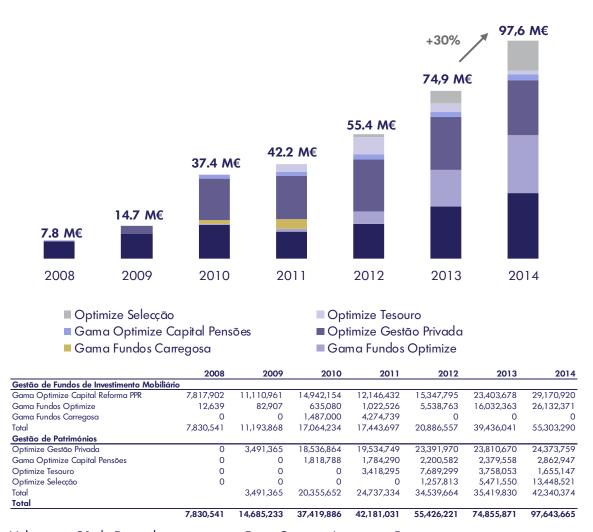
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2014

Desenvolvimento da atividade

Evolução dos ativos geridos

Em 2014, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +30%, subindo de 74.9M€ em 31 de Dezembro de 2013 para 97.6M€ em 31 de Dezembro de 2014.

ACTIVOS SOB GESTÃO - 2008-2014



Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2014-2018 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão não foi atingido em 31 de Dezembro de 2014 (-3.2%), embora tenha sido atingido já nos primeiros dias de Janeiro de 2015.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2014 - PREVISIONAL E REAL

	31 de Dezembro de 2014	Plan	Δ
Fundos			
Optimize Capital Reforma PPR	29,170,920	34,463,778	-15.4%
Fundos Optimize	26,132,371	27,262,711	-4.1%
Fundos Carregosa	0	0	-
Total	55,303,290	61,726,489	-10.4%
Gestão de Patrimónios			
Optimize Gestão Privada	24,373,759	26,001,203	-6.3%
Optimize Capital Pensões	2,862,947	2,498,535	14.6%
Optimize Tesouro	1,655,147	1,879,026	-11.9%
Optimize Selecção	13,448,521	8,745,127	53.8%
Total	42,340,374	39,123,891	8.2%
Total	97,643,665	100,850,380	-3.2%

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Performance dos fundos

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2014

Fundo	Performance	Desde Início	Início de
	2014	Por ano	Atividade
Optimize Capital Reforma PPR Acções	+ 7.0 %	+ 6.1 %	25-09-2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	+ 6.3 %	+ 7.7 %	25-09-2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	+ 8.3 %	+ 6.3 %	19-08-2010
Optimize Investimento Activo	+ 2.8 %	+ 6.7 %	24-11-2008
Optimize Europa Valor	+ 1.0 %	+ 5.7 %	31-12-2010
Optimize Europa Obrigações	+ 10.3 %	+ 11.5 %	01-07-2013

Em 2014, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado, Optimize Capital Reforma PPR Acções e Optimize Invstimento Activo foram distinguidos por 5 estrelas na Morningstar em Janeiro de 2015.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado e Optimize Capital Reforma PPR Acções foram eleitos Escolha Acertada pela Deco / Proteste Investe.

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners ocupam os primeiros lugares pelas performances nas suas respetivas categorias, no mercado (ver página 10 do presente relatório).

Evolução da Produção

No ano de 2014 o net inflow atingiu 14.876.136€, representando uma melhoria significativa (+37.9%) face ao ano anterior.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Seleção (+6.981.936€), os 3 Fundos da Gama Optimize (+6.894.795€) e a gama Optimize Capital Reforma PPR (+4.367.688€).

Salientamos que, em 2014, foi alcançado um novo recorde em termos de produção para os fundos Optimize e PPR, com um total líquido de 11.262.482€.

PRODUÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA 2008-2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fundos							
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7,801,114	2,111,440	3,290,049	-1,242,591	1,640,733	6,658,497	4,367,688
	7,831,114	2,192,382	4,580,586	2,374,791	3,404,808	8,174,679	7,186,039
Gama Fundos Optimize	13,150	68,382	523,752	624,990	883,951	3,869,099	6,894,795
	13,150	68,382	553,524	1,010,847	1,211,854	4,263,445	8,402,514
Gama Fundos Carregosa			1,487,000	3,476,811	-3,376,874	0	0
•			1,487,000	4,518,167	180,000	0	0
Total	7,814,264	2,179,822	5,300,801	2,859,210	-852,190	10,527,596	11,262,482
	7,844,264	2,260,764	6,621,110	7,903,805	4,796,662	12,438,124	15,588,554
Gestão de Patrimónios							
Optimize Gestão Privada		3,246,835	15,882,607	2,026,353	267,477	299,656	-1,350,365
		3,286,755	26,516,528	9,463,522	16,669,336	4,954,677	4,009,359
Gama Optimize Capital Pensões			1,822,584	54,811	38,709	1,336	278,780
·			1,822,584	148,394	113,157	96,186	610,708
Optimize Tesouro				3,272,650	3,339,278	-3,945,561	-2,296,697
				3,293,920	5,664,572	1,683,517	359,131
Optimize Selecçõ					1,240,276	3,903,801	6,981,936
•					1,240,584	4,068,433	7,333,986
Total	0	3,246,835	17,705,191	5,353,814	4,885,740	259,232	3,613,654
	0	3,286,755	28,339,112	12,905,836	23,687,649	10,802,813	12,313,184
Total							
	7,814,264	5,426,657	23,005,992	8,213,024	4,033,550	10,786,828	14,876,136
	7,844,264	5,547,519	34,960,222	20,809,641	28,484,311	23,240,937	27,901,737

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

Perspetivas para 2015

Em 2015, a Optimize Investment Partners entende recentrar o seu desenvolvimento sobre a sua atividade-core, ou seja, a gestão de fundos de investimento mobiliário, através de duas iniciativas:

- A transformação em fundos de investimento das estratégias de investimento com volumes de ativos sob gestão mais significativos, nomeadamente as três estratégias das contas Optimize Gestão Privada – Seleção
- A apresentação junto da CMVM de um pedido de autorização pela atividade de depósito de unidades de participação da própria sociedade Optimize Investment Partners, de forma a limitar a comercialização das mesmas junto dos particulares através de contratos de gestão privada.

1.3 Contas 2014

Resultados do exercício

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA realizou em 2014 um Produto Bancário de **1.055.111,08€**, e um resultado antes de impostos de 317.743,87€. A imputação de activos por impostos diferidos pelo valor de 88.666,73€ para além dos impostos correntes leva a um resultado líquido de **201.195,56€**.

Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2014

	2014	2013
Juros e rendimentos similares	7.452,42 €	2.817,83 €
Juros e encargos similares	0,00 €	9,47 €
Margem Financeira	7.452,42 €	2.808,36 €
Rendimentos de serviços e comissões	1.138.908,15 €	839.896,11 €
Encargos com serviços e comissões	-90.523,81 €	-56.753,56 €
Resultados de activos financeiros	9.151,16€	23,30 €
Resultados de reavaliação cambial	3.58 €	-51,30 €
Outros resultados de exploração	-9.880,42 €	-4.071,81 €
Produto bancário	1.055.111,08 €	781.851,10 €
Produto bancário Custos com pessoal	1.055.111,08 € -549.849,40 €	781.851,10 € -469.489,83 €
Custos com pessoal	-549.849,40 €	-469.489,83 €
Custos com pessoal Gastos gerais administrativos	-549.849,40 € -174.166,76 €	-469.489,83 € -169.344,26 €
Custos com pessoal Gastos gerais administrativos Amortizações do exercício	-549.849,40 € -174.166,76 € -12.821,05 €	-469.489,83 € -169.344,26 € -10.091,31 €
Custos com pessoal Gastos gerais administrativos Amortizações do exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	-549.849,40 € -174.166,76 € -12.821,05 € 530,00 €	-469.489,83 € -169.344,26 € -10.091,31 € 290,00 €
Custos com pessoal Gastos gerais administrativos Amortizações do exercício Provisões líquidas de reposições e anulações Resultado antes de impostos	-549.849,40 € -174.166,76 € -12.821,05 € 530,00 € 317.743,87 €	-469.489,83 € -169.344,26 € -10.091,31 € 290,00 € 132.635,70 €

O resultado antes de impostos do exercício é positivo pelo terceiro ano consecutivo. Mas esse resultado fica aquém das previsões (436.701€ antes de impostos e 334.295€ após impostos), apesar de ter quase atingido os objetivos em termos de ativos sob gestão. São nomeadamente os rendimentos de serviços e comissões, aquém do previsto, e os encargos com serviços e comissões, acima do previsto, que expliquem essa contra-performance.

Demonstração de resultado 2014 - Previsional e Real

	Real	Previsional
Comissões de Gestão	1.138.908 €	1.219.989 €
Produto Financeiro	7.452 €	11.000 €
Outros Rendimentos	0 €	24.530 €
Rendimentos	1.146.361 €	1.255.519 €
Custos com Distribuição	90.524 €	76.608 €
Custos com pessoal	549.849 €	515.000 €
Gastos gerais administrativos	174.167 €	200.000 €
Amortizações do exercício	12.821 €	12.500 €
Outros Custos	1.256 €	14.710 €
Total Custos	828.617 €	818.818 €
Resultado	317.744 €	436.701 €
Impostos	-27.882 €	-32.098 €
Impostos Diferidos	-88.667 €	-70.309 €
Resultado após impostos	201.196 €	334.295 €

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2014

A empresa dispunha no final de 2014 de uma tesouraria de 531.171,53€.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2014	2013
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	45,15 €	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	531.126,38 €	71.806,75 €
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Tesouraria Total	531.171,53 €	71.806,75 €

Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 201.195.56€, seja aplicado da seguinte forma:

- 20.119,96€ (ou seja 10%) para Reserva Legal
- 181.075,96€ (ou seja 90%) para Dividendos

Outras informações

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2014 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social. Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Perspetivas futuras

Após 3 anos de resultados acima do break-even em termos operacionais, e 2 anos em termos de resultado líquido, a equipa de Administração da Optimize Investment Partners antecipa um desempenho positivo da sua atividade, que deverá permitir constatar resultados em crescimento no exercício 2015 e seguintes.

Factos relevantes após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2014, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Lisboa, 18 de Marco de 2015

Pela Administração

2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2014 - Ativo

					EUR
	Notas		31/12/2014		31/12/2013
Ativo		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		45.15	0.00	45.15	0.00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	531,126.38	0.00	531,126.38	71,806.75
Ativos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.		68.10	0.00	68.10	0.00
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	64,077.50	0.00	64,077.50	249,302.73
Aplicações em instituições de crédito		0.00	0.00	0.00	0.00
Crédito a clientes		0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos detidos até à maturidade		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos não correntes detidos para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros ativos tangíveis	3	119,300.37	70,254.55	49,045.82	22,282.50
Ativos intangíveis	4	70,849.64	69,631.16	1,218.48	956.80
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos por impostos correntes		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos por impostos diferidos	5	97,610.87	0.00	97,610.87	186,277.60
Outros ativos	6	219,253.86	0.00	219,253.86	175,660.87
Total de Ativo		1,102,331.87	139,885.71	962,446.16	706,287.25

2.2 Balanço em 31 de Dezembro de 2014 - Passivo e Capital

			EUR
	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0.00	0.00
Passivos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor atravé	és de resultados	0.00	0.00
Recursos de outras instituições de crédito		0.00	0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0.00	0.00
Responsabilidades representadas por títulos		0.00	0.00
Passivos financeiros associados a ativos transferi	idos	0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00
Passivos não correntes detidos para venda		0.00	0.00
Provisões	7	2,106.00	1,576.00
Passivos por impostos correntes	8	19,827.39	4,224.04
Passivos por impostos diferidos		0.00	0.00
Instrumentos representativos de capital		0.00	0.00
Outros passivos subordinados		0.00	0.00
Outros passivos	9	157,750.44	118,964.71
Total de Passivo		179,683.83	124,764.75
Capital			
Capital	10	450,771.71	450,771.71
Prémios de emissão		0.00	0.00
Outros instrumentos de capital	10	126,037.29	126,037.29
Acções próprias		0.00	0.00
Reservas de reavaliação	2	7,334.65	7,290.38
Outras reservas e resultados transitados		-2,576.88	-63,538.18
Resultado do exercício		201,195.56	60,961.30
Dividendos antecipados		0.00	0.00
Total de Capital		782,762.33	581,522.50
Total de Passivo e Capital		962,446.16	706,287.25

2.3 Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2014

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Juros e rendimentos similares	11	7,452,42	2,817.83
Juros e encargos similares	11	0.00	9.47
Margem financeira		7,452.42	2,808.36
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	12	1,138,908.15	839,896.11
Encargos com serviços e comissões	13	90,523.81	56,753.56
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	14	9,151.16	23.30
Resultados de reavaliação cambial	14	3.58	-51.30
Resultados de alienação de outros ativos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	15	-9,880.42	-4,071.81
Produto bancário		1,055,111.08	781,851.10
Custos com pessoal	16	549,849.40	469,489.83
Gastos gerais administrativos	1 <i>7</i>	174,166.76	169,344.26
Amortizações do exercício	3, 4	12,821.05	10,091.31
Provisões líquidas de reposições e anulações	7	530.00	290.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros			
devedores		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		317,743.87	132,635.70
Impostos			
Correntes		27,881.58	11,557.76
Diferidos	5	88,666.73	60,116.64
Resultado após impostos		201,195.56	60,961.30
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00

2.4 Demonstração de Rendimento Integral

EUR

Rúbricas	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do período	201,195.56	60,961.30
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	44.27	5,640.38
Imposto Diferido	88,666.73	60,116.64
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0.00	0.00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	289,906,56	126,718,32

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

			EU
FILINAC DE CAINA DE ATRIBADES OPERACIONIAIS	2014		2013
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros recebidos	156.17		203.92
Comissões recebidas	1,196,952.69		846,709.18
Pagamento de juros	-		-
Pagamento de comissões	- 119,539.75	_	30,902.40
Pagamentos a empregados	- 237,203.82	_	246,763.44
Pagamentos a fornecedores	- 191,206.54	_	166,959.73
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	- 551,925.08	_	531,238.85
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	739,209.10		853,863.43
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	- 539,560.01	_	599,607.06
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-		-
	296,882.76		125,305.05
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos respeitando a:			
Venda de ativos financeiros	280,760.51		-
Venda de ativos tangíveis e intangíveis			
Juros e proveitos similares	15,643.63		3,943.50
Dividendos			
Pagamentos respeitando a:			
Aquisição de ativos financeiros	- 93,248.00	-	214,737.00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	- 39,805.14	-	9,240.50
Juros e proveitos similares	- 868.98	-	3,001.05
Dividendos	1/0/0000		200 005 05
	162,482.02	-	223,035.05
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitando a:			
Empréstimos obtidos			
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão			
Subsidios de doações			
Vendas de acções proprias			
Cobertura de prejuizos			
Pagamentos respeitando a:			
Empréstimos obtidos			
Amortizações de contratos de locação financeira			
Juros e custos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e prestações suplementares			
Acquisições de acções proprias			
	0.00		0.0
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	459,364.78		-97,730.00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	71,806.75		169,536.7

2.6 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas de reavaliação	, , , , ,	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2012	450,771.71	0.00	126,037.29	0.00	1,650.00	0.00	0.00	-63,538.18	514,920.82
Aplicação do resultado de 2012							-63,538.18	63,538.18	0.00
Redução de capital social									0.00
Efeito de valorização de títulos detidos 2013					5,640.38			60,961.30	66,601.68
Saldos em 31/12/2013	450,771.71	0.00	126,037.29	0.00	7,290.38	0.00	-63,538.18	60,961.30	581,522.50
Aplicação do resultado de 2013				6,096.13			54,865.17	-60,961.30	0.00
Redução de capital social									0.00
Efeito de valorização de títulos detidos 2014					44.27			201,195.56	201,239.83
Saldos em 31/12/2014	450,771.71	0.00	126,037.29	6,096.13	7,334.65	0.00	-8,673.01	201,195.56	782,762.33

3 Anexos

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Carlos Ahrens Teixeira Esteves
Secretário	Tiago da Silva Delfim de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira
	Claire Teixeira
	Hubert Rodarie
	Tiago da Silva Delfim de Matos

FISCAL ÚNICO

Fiscal Único	BDO & Associados - SROC, Lda. representada por Pedro Manuel Aleixo Dias
Suplente do Fiscal Único	Gonçalo Raposo da Cruz, ROC

Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, não existem membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade.

Informação sobre as participações de acionistas no capital da sociedade

Em 31 de Dezembro de 2014, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

Informação sobre a Política de remuneração

Conforme aviso 10/2011 do Banco de Portugal, informamos que:

 Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.

- 2. A componente variável da remuneração é composta dos seguintes elementos:
 - Colaboradores: sem remuneração variável
 - Administradores não executivos: sem remuneração variável
 - Administradores executivos: remuneração variável de 1% do resultado antes de imposto, divido em partes iguais entre os administradores executivos, não podendo ultrapassar 15% dos custos salariais, que poderá ser ajustada de + ou - 20% pela Assembleia Geral.
 - O Presidente do Conselho de Administração não auferindo remuneração fixa, beneficia ainda de uma remuneração variável aplicável à carteira de clientes angariados pela equipa comercial da Optimize junto de contactos pessoais do Presidente, conforme as regras de remuneração da rede de agentes ligados da Optimize Investment Partners, até o máximo de 0,6% do valor dos ativos sob gestão nessa carteira de clientes.
- 3. Sendo diretamente ligada ao resultado antes de imposto da instituição, a remuneração variável dos membros executivos permite alinhar os interesses de cada membro do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição.

Informamos ainda que:

- 1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os colaboradores: os administradores executivos
 - Para os Administradores: a Assembleia Geral
- 2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário, de gestão discricionária de carteiras, e comercialização de unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por outrem, com o número de registo 327.

Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os prinápios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

Alterações de políticas contabilísticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2014 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014

Políticas contabilísticas mais significativas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Comissão de gestão

A comissão de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospectos, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

b) Comissão de Gestão Privada

A comissão de Gestão Privada, corresponde à remuneração da sociedade pela sua atividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respetivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua atividade encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das

amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas estabelecidas para fins fiscais, as quais se consideram traduzir a vida útil esperada dos bens

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que atualmente é de 3 anos.

e) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

g) Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

h) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 1)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

2014	2013
2014	2013

Depósitos à Ordem	531,126.38	71,806.75
Banco LJ Carregosa	48,041.30	8,820.11
BBVA	0.00	0.00
Banco Invest	2,535.29	7,308.06
Banif Banco de Investimento	8,902.55	8,547.38
Banque de Luxembourg	223,615.52	14,829.38
Banco BPI	248,031.72	32,301.82

Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 2)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2013	Ativos A adquiridos	tivos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2014
OT PGB 4.375% 16/06/14	30,348.00	0.00	30,123.00	-225.00	0.00	0.00
OT PGB 3.6% 15/10/14	36,363.60	0.00	36,482.40	118.80	0.00	0.00
OT PGB 6.4% 15/02/16	52,660.00	0.00	54,645.00	1,985.00	0.00	0.00
OT PGB 4.45% 15/06/18	29,829.00	0.00	0.00	3,306.00	0.00	33,135.00
OT PGB 5.65% 15/02/24	0.00	93,248.00	65,385.00	3,079.50	0.00	30,942.50
Patris Tesouraria	100,102.13	0.00	100,958.30	856.17	0.00	0.00
	249,302.73	93,248.00	287,593.70	9,120.47	0.00	64,077.50

O título OT PGB 4.375% 16/06/14 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.375% e vencimento em 16 de Junho de 2014.

O título OT PGB 3.6% 15/10/14 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 3.6% e vencimento em 15 de Outubro de 2014.

O título OT PGB 6.4% 15/02/16 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 6.4% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2016.

O título OT PGB 4.45% 15/06/18 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.45% e vencimento em 15 de Junho de 2018.

O título OT PGB 5.65% 15/02/24 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 5.65% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2024.

O título Patris Tesouraria é um fundo de tesouraria de direito português, que foi detido pela Optimize SGFIM enquadrado pela exceção prevista na alínea c) do número 1 do artigo 81º do novo RJOIC.

Outros ativos tangíveis (Nota 3)

Os ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação		nsferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	38,593.33	-	6,157.59	-		-	44,750.92
Outras máquinas administrativas	-	-	831.38	-		-	831.38
Equipamento informático	38,472.35	-	8,783.99	-	-	212.45	47,043.89
Instalações interiores	3,482.38	-	2,146.49	-		-	5,628.87
Outros ativos tangíveis	-	-	21,045.31	-		-	21,045.31
Total Bruto	80,548.06	-	38,964.76	-	-	212.45	119,300.37
Mobiliário e material	25,880.17	-	5,064.48	-		-	30,944.65
Outras máquinas administrativas	-	-	51.96	-		-	51.96
Equipamento informático	29,919.03	-	5,570.56	-	-	94.41	35,395.18
Instalações interiores	2,466.36	-	578.25	-		-	3,044.61
Outros ativos tangíveis	-		818.15	-		-	818.15
Total amortizações	58,265.56	-	12,083.40	-	-	94.41	70,254.55
Total Líquido	22,282.50	-	26,881.36	-	-	118.04	49,045.82

Ativos Intangíveis (Nota 4)

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	69,755.90	-	881.29	-	212.45	70,849.64
Total Bruto	69,755.90	-	881.29	-	212.45	70,849.64
Software	68,799.10	-	737.65	-	94.41	69,631.16
Total amortizações	68,799.10	-	737.65	-	94.41	69,631.16
Total Líquido	956.80	-	143.64	-	118.04	1,218.48

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos T	ransferências	Amortizações	Valor Líquido	Taxa
			e Abates			Amortização
Software	69,755.90	881.29	212.45	69,631.16	1,218.48	33.33%

Ativos por impostos diferidos (Nota 5)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Ativos por impostos diferidos	97,610.87	186,277.60
Impostos diferidos sobre o resultado do exerácio 2009	78,719.46	105,826.79
Impostos diferidos sobre o resultado do exerácio 2010	0.00	61,559.40
Impostos diferidos sobre o resultado do exerácio 2011	18,891.41	18,891.41

Tendo em conta as perspetivas de lucro estabelecidas para o exercício 2015, foi considerado oportuno alterar o ativo por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais dos exercícios de 2009 de 27.107,33€.

Do ativo por impostos diferidos correspondendo ao exercício de 2010, foram utilizados em 2014, 24.048.86€ e anulados 37.510,54€.

Estima-se que o ativo por impostos diferidos dedutível correspondente ao exercício de 2011

2014

2013

será integralmente utilizado até ao exercício de 2015.

Em consequência, no total, os Ativos por impostos diferidos diminuíram 88.666,73€ no exercício 2014.

Outros ativos (Nota 6)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros ativos	219,253.86	175,660.87
Setor público administrativo	3,397.52	3,197.47
IRC - PEC	0.00	0.00
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	0.00	0.00
DGCI	0.00	0.00
Retenções IRS clientes	3,397.52	3,197.47
Devedores diversos	42,658.83	36,646.45
Banque de Luxembourg	7,038.88	4,778.33
Hercesa - Caução renda escritório	7,744.00	7,744.00
CTT conta corrente	613.89	296.28
MDS Corretor de Seguros	98.40	6,125.78
Banco Invest	4,042.57	6,211.30
Fincor	6,953.79	0.00
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	11,830.87	11,473.51
Outros devedores	4,336.43	17.25
Devedores diversos - Fundos	77,296.27	54,548.44
Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR	19,937.34	17,288.62
Optimize Capital Reforma Acções PPR	15,880.38	10,701.17
Optimize Capital Reforma Moderado PPR	2,988.66	1,562.08
Optimize Investimento Activo	14,902.40	11,944.65
Optimize Europa Valor	11,203.95	6,539.91
Optimize Capital Pensões Acções	1,135.56	914.71
Optimize Capital Pensões Equilibrado	1,144.28	974.19
Optimize Capital Pensões Moderado	1,105.73	873.18
Optimize Europa Obrigações	8,997.97	3,749.93
Clientes Gestão Privada	77,531.57	69,525.29
Comissão Fixa	62,193.91	67,834.16
Comissão de Entrega	0.00	1,385.77
Comissão de Performance	15,337.66	305.36
Clientes Fundos	1,710.00	0.00
Comissão de Entrega	1,710.00	0.00
Despesas com Encargos Diferidos	15,024.70	9,345.39
Seguros	3,811.13	333.12
Outras Rendas	3,197.85	3,197.85
Outras	8,015.72	5,814.42
Rendimentos a receber	1,634.97	2,397.83
Outras Contas de Regularização - IVA	0.00	0.00

Saldo devedor conta IGFSS: A sociedade liquidou em 16 de Dezembro de 2013 o montante de 11.831€ por 2 processos intentados pela Segurança Social. Os processos encontram-se a decorrer e existe a expetativa de obter a devolução dos montantes liquidados, pelo que, este valor foi contabilizado como um ativo. Esta situação, incluindo uma explicação das perspetivas de recuperação deste saldo, deverá ser divulgada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Provisões (Nota 7)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Provisões

Provisões para risco geral de crédito	
Saldo 31.12.2013	1,576.00
Aumento	530.00
Reposições e anulações	-
Saldo 31.12.2014	2,106.00

As provisões para risco geral de crédito, são constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que foi alterado pelos Avisos 2/99, 3/99, 7/2000, 4/2002, 8/2003, 9/2003 e 3/2005.

Passivos por impostos correntes (Nota 8)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Passivos por impostos correntes	19,827.39	4,224.04
Retenção de IRC na fonte	19,827.39	4,224.04

2014

2012

Outros passivos (Nota 9)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros passivos	157,750.44	118,964.71
Credores - Setor público administrativo	26,747.50	21,524.73
Retenção de impostos na fonte	14,902.44	13,255.72
Contribuições para a segurança social	11,845.06	8,269.01
Credores por fornecimento de bens	16,486.35	13,874.72
Outros Credores	63,321.63	46,122.92
Angariadores	44,759.57	44,944.17
Empresas do grupo	0.00	0.00
Despesas colaboradores	362.95	1,178.75
Outros Credores	18,199.11	0.00
Encargos a pagar	45,956.13	32,815.14
Remunerações de empregados	<i>27,545.55</i>	23,540.50
Encargos sociais	6,542.11	5,590.87
Outros encargos a pagar	11,868.47	3,683.77
Outras Contas de Regularização - IVA	5,238.83	4,627.20

Capital (Nota 10)

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126,037.29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito a autorização prévia por parte do Banco de Portugal.

Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares (Nota 11)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	7,452.42	2,808.36
Juros e rendimentos similares	7,452.42	2,817.83
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	163.23	203.92
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	7,289.19	2,613.91
Outros juros e encargos similares	0.00	9.47

0010

2013

2014

Rendimentos de serviços e comissões (Nota 12)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

endimentos de serviços e comissões	1,138,908.15	839,896.11
Comissão de gestão de fundos de investimento	832,096.60	515,806.47
Comissões de gestão de discricionária	306,811.55	324,089.64
Comissão Fixa	261,860.72	295,065.83
Comissão Performance	13,629.22	248.26
Comissão de Entrega	31,321.61	18,844.33
Rebates fundos em carteiras de gestão discrionária	0.00	9,931.22

Encargos com serviços e comissões (Nota 13)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Encargos com serviços e comissões	90,523.81	56,753.56
Comissões por depósito e guarda de valores	0.00	0.00
Honorários angariadores	90,523.81	52,392.47
Por serviços bancários prestados	0.00	4,361.09

O valor de 90.523,81€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pela rede de agentes vinculados.

Resultados em operações financeiras (Nota 14)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Resultados em operações financeiras	9,154.74	-28.00
Resultados de reavaliação cambial	3.58	-51.30
Ganhos em diferenças cambiais	11.83	166.39
Perdas em diferenças cambiais	8.25	217.69
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9,151.16	23.30
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	9,151.16	42.42
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0.00	19.12

Outros resultados de exploração (Nota 15)

Essa rubrica tem a seguinte composição

Outros resultados de exploração	-9,880.42	-4,071.81
Outros encargos e gastos operacionais	-51,870.89	-13,372.29
Taxa mensal CMVM	-6,857.47	-4,889.65
Sistema de Indemnização aos Investidores	-1,250.00	-2,500.00
Outros	-43,763.42	-5,982.64
Renda de locação operacional	-1,585.92	-1,557.36
Regularização anual pro-rata	-2,680.79	-1,843.48
Ofertas e promoções a clientes	-38,935.55	0.00
Outros	-561.16	-2,581.80
Outras comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros	-6,738.30	0.00
Outros rendimentos e receitas operacionais	48,728.77	9,300.48
Fees de tratamento de dossier	8,870.00	8,340.00
Rebates fundos em carteira gestão privada	39,858.77	0.00
Correcções relativas a exerácios anteriores	0.00	0.00
Outros	0.00	960.48

Custos com pessoal (Nota 16)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

2014	2013

Avenida Fontes Pereira de Melo nº21 4º 1050-116 Lisboa Portugal

2014

2013

Custos com pessoal	549,849.40	469,489.83
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	209,512.91	189,248.60
Remuneração de empregados	243,235.66	211,000.81
Encargos sociais obrigatórios	97,100.83	69,240.42
Outros custos com pessoal	0.00	0.00

Gastos Gerais Administrativos (Nota 17)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Gastos Gerais Administrativos	174,166.76	169,344.26
Gastos gerais com fornecimentos	21,098.37	16,230.69
Água, energia e combustíveis	4,011.29	4,481.06
Material de consumo corrente	9,565.24	8,026.21
Outros fomecimentos de terceiros	7,521.84	3,723.42
Gastos gerais com Serviços	153,068.39	153,113.57
Rendas e alugueres	38,374.20	38,374.20
Comunicações	21,019.56	17,647.26
Deslocações estadas e representação	19,157.35	17,152.65
Publicidade	9,601.69	15,858.05
Conservação e reparação	7,700.61	7,110.17
Formação de pessoal	876.02	3,503.93
Seguros	<i>5,763.16</i>	5,323.60
Serviços especializados	50,575.80	48,099.21
Outras Avenças	5,130.00	5,571.60
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	565.33	324.67
Informática	34,994.77	33,172.54
Limpeza	0.00	0.00
Informações	0.00	0.00
Auditoria	9,196.00	9,030.40
Serviços Consultoria e Apoio	689.70	
Outros serviços	0.00	44.50

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de 9.840,00€.

Valores extrapatrimoniais (Nota 18)

·	2014	2013
Valores extra-patrimoniais	140,362,386.24	104,946,468.73
Compromissos perante terceiros	84,974.12	65,430.00
Sistema de Indemnização aos Investidores	84,974.12	65,430.00
Valores administrados pela instituição	140,277,412.12	104,881,038.73
Gestão de Carteiras	84,974,121.68	65,444,997.92
Fundos de Investimento geridos	55,303,290.44	39,436,040.81

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque neutros em termos de ativos realmente geridos.

Saldos com entidades relacionadas (Nota 19)

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2009	220.00	-5,652.88
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2010	1,530.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2011	1,530.00	-2,757.73
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2012	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0.00	0.00

Reconciliação de taxas de impostos sobre o rendimento (Nota 20)

	2014	2013
Resultado antes de Imposto	317,743.87	132,635.70
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido	5,900.00	5,855.73
Despesas não dedutíveis	7,488.00	6,860.03
Resultado tributável	331,131.87	145,351.46
Prejuízos fiscais deduzidos	226,550.71	103,868.57
Matéria coletável total	104,581.16	41,482.89
Outros impostos incidentes sobre lucros	22,333.34	8,767.53
Derrama	4,855.07	2,104.21
Tributação Autónoma	653.79	671.06
Carga fiscal total	27,842.21	11,542.80
Taya Ffetiya	9%	9%

A taxa efetiva de 9% em 2014, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma, e a dedução de prejuízos fiscais anteriores.

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2014	2013
Prémios de seguros e contribuições	1,111.92	1,089.06
Provisões não dedutíveis	0.00	0.00
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pela prática de infracções	100.49	2,118.75
Despesas não documentadas	0.00	44.50
Desp. desloc. viatura própria	5,333.70	3,607.72
Correcções relativas a exerácios anteriores	0.00	0.00
Outros	1,009.00	0.00
	7,555.11	6,860.03

Salienta-se o efeito (a deduzir) relacionado com a majoração de 40% das realizações de utilidade social (artigo 43º, nº 9).

Riscos da sociedade (Nota 21)

Risco de crédito:

Risco de crédito	733,720.57	235,724.40
Disponibilidades em outras instituições de crédito	531,126.38	71,806.75
Estado e outras entidades publicas	3,397.52	3,197.47
Fundos de investimento	77,296.27	54,548.44
Clientes	79,241.57	69,525.29
Outros devedores	42,658.83	36,646.45

2014

2013

Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2014	2013
Ativos financeiros disponiveis para venda		
OT PGB 4.375% 16/06/14 - PTOTE1OE0019	0.00	30,348.00
OT PGB 3.6% 15/10/14 - PTOTEOOE0017	0.00	36,363.60
OT PGB 6.4% 15/02/16 - PTOTEPOE0016	0.00	52,660.00
OT PGB 4.45% 15/06/18 - PTOTENOE0018	33,135.00	29,829.00
OT PGB 5.65% 15/02/24 - PTOTEQOE0015	30,942.50	0.00
Patris Tesouraria - BPNTESU PL	0.00	100,102.13

Não existe risco cambial para a sociedade em 31.12.2014, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31.12.2014.

Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 10.

Forma como se realizou o Capital Social

O capital social inicial de 450.771,71 Euros foi realizado em dinheiro.

Número de ações de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 Euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada.

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas coletivas que nele detenham pelo menos 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

Notas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2014:

- Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro): O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.
- Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril): O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.
- Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro): A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro): As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais

- o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro): O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015:

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho): Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospetiva.
- Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro): Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais Exceções do âmbito para acordos conjuntos: As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - IFRS 13 Mensuração pelo justo valor Âmbito do parágrafo 52 (exceção de "portfolio"): No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a

- ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
- IAS 40 Propriedades de investimento Inter-relação IAS 40 e IFRS 13: As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.
- Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro): Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 2 Pagamento com Base em Ações Definições de condições de aquisição: As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição ("vesting conditions") por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais Contabilização da retribuição contingente: As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - IFRS 8 Segmentos Operacionais: As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis Modelo de revalorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas Serviços de pessoal-chave da gerência: As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal--chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.

- IAS 38 Ativos intangíveis Modelo de valorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro): As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

4 Certificação Legal das Contas